



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 23 DE MAIO DE 2019.

Ao vigésimo terceiro (23º) dia do mês de maio de dois mil e dezenove, às sete horas e quarenta minutos (07h40), na sede da Secretaria de Ação Social, sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, iniciou-se a décima (10ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, do exercício de 2019, sob a coordenação da presidente e conselheira titular do poder público, representando a Unidade Municipal de Assistência Social, Senhora Lucineia Silva Sartori Coelho. Estiveram presentes na reunião vinte e um (21) conselheiros(as), sendo onze (11) do Poder Público e dez (10) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros Titulares Presentes**: Valdety Souza Vilar Gilberto, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria Assunção Cintra, José Carlos Gomes, Rosicler Lemos da Silva, Jane Izabel Miranda Biagiotti Lellis, Ronaldo Rogério, Lucinéia Silva Sartori Coelho, Iara Flávia Afonso Guimarães, Ana Lúcia Melo Oliveira Lima, Maria Imaculada da Silva Ferreira e Claudio Nascimento Freitas. **Conselheiros em Exercício de Titularidade**: Alessandro Souza Macedo, Alessandra Aparecida da Silva, Éder Furtado Ribeiro, Sônia Regina Barbosa Quirino e Angélica Consuelo Peroni. **Conselheiros Suplentes Presentes**: Maura Gomes Martiniano Oliveira, Kelly Regina da Silva, Irene da Conceição Silva e Maria Aparecida Morais Oliveira. Participaram da reunião treze (13) convidados, conforme assinaturas na lista de presença. Com a seguinte pauta aprovada: **1. Ordem do dia: Chamada e Verificação de quorum; Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes. 2. Deliberação e Aprovação da ata da 9ª Reunião Ordinária e 8ª Reunião Extraordinária – 2019; A ata foi lida e aprovada com algumas ressalvas e correções apresentadas pelos Conselheiros(as). 3. Aprovação da pauta. 4. Assuntos:** 4.1 – Apresentação da Secretária de Ação Social – Sra. Eliete Maria Neves; 4.2 – Participação do Assessor do Deputado Roberto Engler – devolutiva do Deputado sobre demandas da Assistência Social – Estadual; 4.3 – Proposta de data da Reunião Ampliada (CMAS, COMUPI, CMDCA, CMS, Secretarias de Ação Social e de Saúde)- Discussão e definição de encaminhamentos sobre Demandas de Saúde Mental nos serviços da Assistência Social; 4.4 – Recebimento de Modelo de contrato de Prestação de Serviços – ILPIS – Proposta de Reunião Conjunta – Comissões de Legislação – CMAS e COMUPI – Análise e Acompanhamento; 4.5 – Discussão e encaminhamentos sobre a Participação de Usuários no CMAS e Proposta de calendário de reuniões descentralizadas; 4.6 – Devolutiva sobre reunião no TCE – adequação de pisos do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – modalidade Unidade Referenciada; 4.7 – Devolutiva e Proposta de encaminhamento – Comissão de Controle Social do PBF; 4.8 – Discussão sobre encaminhamentos relativos à Implantação do Serviço de República para Egressos do Serviço de Acolhimento de Adolescentes; 4.9 – Devolutiva sobre participação de conselheiros(as) no “Evento COMAM – a Judicialização das Políticas Públicas com enfoque na Assistência Social”. **5. Informes:** 5.1 – Recebimento de Documentação – Abaixo Assinado – Trabalhadores(as) do SUAS para ciência do CMAS; 5.2 – Recebimento de Ofício SEDAS 173/2019 – Informação sobre credenciamento de entidade para execução SCFV; 5.3 – Publicação de Nota do CNAS em defesa do BPC; 5.4 – Reunião Extraordinária – HOJE – 23.05 – 10h; 5.5 – Lembrete Próximas Reuniões: **AGENDA MAIO**. A presidente do CMAS, srª Lucineia, fez a abertura da reunião dando boas vindas a todos. Em seguida a Secretária Executiva Maria Amélia, realizou a chamada, anunciou o alcance de quórum mínimo, bem como, os(as) conselheiros(as) titulares e os(as) suplentes na titularidade, na reunião. Foram apresentadas as justificativas de ausência



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

37 dos(as) seguintes conselheiros(as): Maria das Graças Costa da Silva, Jeisa Cristina da Silva Lopes, Geraldine Garcia
38 Fuga Menezes, Yheda Maria Lanes Gaioli, Jean Euripedes da Silva Ferreira, Luzia Regina Alves, Juliana Rossato Souza
39 Rodrigues, Valéria da Silva Barbosa Gimenes, Adriana da Silva Bazon e Geisla Fábila Pinto. Na sequência M^a Amélia
40 informou os presentes sobre o quórum mínimo de leituras da ATA da 9^a Reunião Ordinária, que foi aprovada com as
41 correções sugeridas por e-mail. Dando seguimento, o 1º Secretário Cloves realizou a leitura da pauta, que foi aprovada
42 sem alterações. Passou-se então ao primeiro assunto: **4.1 – Apresentação da Secretária de Ação Social – Sra. Eliete**
43 **Maria Neves;** A nova Secretária de Ação Social se apresentou informando que é servidora pública de carreira há algum
44 tempo, exercendo a função de assistente social. A mesma se colocou a disposição para enfrentar os desafios da Política
45 de Assistência Social. Pontuou que, apesar das dificuldades, o município de Franca mantém-se em uma posição
46 diferenciada e avançada na área da Assistência Social, em razão de todo o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo
47 dos anos. Ressaltou que atuará na defesa da manutenção da Política de Assistência Social de qualidade, bem como, na
48 perspectiva de novos avanços. Terminada a apresentação, algumas(uns) conselheiras(os) cumprimentaram a Secretária e
49 manifestaram satisfação e tranquilidade com a nomeação da nova gestora, considerando o seu posicionamento em defesa
50 da Política de Assistência Social e de seus usuários. O Coordenador e conselheiro, Sr. Ronaldo Rogério, aproveitou o
51 momento para apresentar seu contentamento com a nova gestora, considerando que a mesma tem conhecimento na área.
52 Após a apresentação o Coordenador e a Secretária deixaram a reunião. **4.2 – Participação do Assessor do Deputado**
53 **Roberto Engler – devolutiva do Deputado sobre demandas da Assistência Social – Estadual;** Passando ao segundo
54 assunto da pauta, a presidente passou a palavra para o Assessor do Deputado Roberto Engler, Sr. Marco Aurélio
55 Marques. O mesmo informou que apresentou ao Deputado, a documentação encaminhada pelo conselho, a qual continha
56 as informações sobre o repasse de recursos estaduais à Franca nos últimos dez anos. Disse que a partir de um estudo
57 sobre o repasse de recursos do governo do Estado, constatou-se que outros municípios também vivenciaram situações de
58 devolução ou reprogramação de recursos e mesmo assim não sofreram penalizações, como ocorreu no caso de Franca. O
59 Assessor pontuou que o Deputado está a disposição do Conselho, e já está estudando estratégias e meios na busca de
60 melhorias no cofinanciamento Estadual para a Assistência Social de Franca, porém salientou que necessita do
61 pronunciamento oficial do Prefeito de Franca. Entretanto, o colegiado refutou a ideia, e ponderou que a ação do
62 Deputado independe da anuência do Prefeito, considerando que o compromisso dele deve ser em prol dos munícipes, e
63 neste caso específico, dos usuários da Assistência Social. Devido a grande relevância do assunto tratado a Secretária
64 Eliete e o Coordenador Ronaldo foram convidados para retornarem à reunião. Lucinéia fez uma breve síntese da situação
65 para a Secretária, relatando que essa demanda já foi apresentada ao Prefeito, e na ocasião o mesmo não considerou
66 necessária a sua manifestação. Feitas as considerações, a Secretária Eliete se dispôs a falar com o Prefeito, entretanto
67 pontuou que não há necessidade desse acordo com o Prefeito, devendo o Deputado priorizar o bem comum. Feitas as
68 considerações, Eliete solicitou toda a documentação acerca do assunto ao Conselho, que será enviada pela Secretaria
69 Executiva. O colegiado solicitou ainda que a Secretária de Ação Social, tente agendar uma reunião do CMAS com o
70 Prefeito, considerando que já foram feitas diversas tentativas, sem sucesso. Após a discussão do assunto, o Assessor
71 Marco Aurélio agradeceu a todos e retirou-se da reunião em razão de outros compromissos. **4.3 – Proposta de data da**
72 **Reunião Ampliada (CMAS, COMUPI, CMDCA, CMS, Secretarias de Ação Social e de Saúde) – Discussão e**

73 **definição de encaminhamentos sobre Demandas de Saúde Mental nos serviços da Assistência Social;** Dando
74 seguimento à reunião, Maria Amélia iniciou o assunto dizendo que na última reunião foi levantada a necessidade da
75 discussão de forma mais ampliada, com participação dos conselhos e secretários supracitados. Clóves pontuou que há um
76 problema sério no município em relação à saúde mental que está impactando nos serviços de Assistência, em especial no
77 atendimento ao idoso e à criança e adolescente. O convidado, sr. João Resende ressaltou a necessidade da presença dos
78 Promotores nessa reunião, alertando que a Lei 10.216 de 2001 proíbe o “(...) *acolhimento de pessoas portadoras de*
79 *transtornos mentais em Instituições com características Asilares(...)*”. Mediante concordância e entendimento do
80 colegiado da importância da presença dos Promotores, ficou definido que também serão convidados os Promotores do
81 Idoso, da Saúde, da Infância e Juventude e dos Direitos Humanos e Cidadania. Em seguida foram propostas duas datas
82 para a realização da reunião, sendo os dias 13 ou 19 de junho e os Promotores serão consultados sobre a disponibilidade
83 nestas datas e ainda verificando-se o melhor horário da reunião. Terminado as discussões passou-se ao próximo assunto
84 da pauta. **4.4 – Recebimento de Modelo de contrato de Prestação de Serviços – ILPIS – Proposta de Reunião**
85 **Conjunta – Comissões de Legislação – CMAS e COMUPI – Análise e Acompanhamento;** Maria Amélia informou
86 que, conforme deliberado anteriormente, as Instituições de Acolhimento deveriam apresentar o Modelo de Contrato de
87 Prestação de Serviços até o dia 30 de abril. As instituições protocolaram um modelo que será utilizado por todas, e o
88 documento apresenta algumas considerações. Considerando que tanto o Conselho do Idoso quanto o Conselho de
89 Assistência Social tem a prerrogativa de acompanhar essa questão, foi definido que as Comissões de Legislação do dois
90 Conselhos se reúnam para analisar o contrato e avaliar as ressalvas apresentadas e posteriormente farão a devolutiva aos
91 colegiados. **4.5 – Discussão e encaminhamentos sobre a Participação de Usuários no CMAS e Proposta de**
92 **calendário de reuniões descentralizadas;** Lucinéia informou que essa demanda foi levantada na reunião anterior,
93 considerando que chegou ao conhecimento do conselho alguns entraves para a participação efetiva de alguns usuários no
94 Conselho, devido ao horário das reuniões ou até mesmo pela dificuldade de compreensão do linguajar técnico utilizado
95 nestas. Lucinéia destacou a importância de todos os conselheiros se apropriarem da pauta e dos assuntos que estão em
96 discussão antes das reuniões, para que assim, todos tenham condição de participar. A conselheira Irene pontuou que as
97 equipes das unidades de CRAS estão se articulando para constituição dos conselhos gestores de usuários e este será um
98 momento de preparação destes para a participação. Rosicler destacou que a dificuldade de participação e entendimento
99 não afeta exclusivamente os usuários, mas também outras pessoas que integram o Conselho. Iara pontuou que o formato
100 da reunião deve ser repensado para dar mais clareza e acesso às discussões do Conselho. Deve ser considerado também o
101 local, o horário e o monopólio de fala. Rosicler defendeu a realização de capacitações continuadas e abertas a todos e
102 Jane reiterou a necessidade de repensar o formato das reuniões. Maria Amélia reafirmou mais uma vez a importância de
103 leitura prévia das pautas e das atas anteriores, e destacou que a participação dos usuários na Política Pública de
104 Assistência Social se dá por meio de diferentes formas de organização coletivas, tais como coletivos de usuários,
105 associações, fóruns, conselhos locais, conforme traz a Resolução CNAS 11.2015, que *caracteriza o usuário, seus*
106 *direitos e a sua participação na Política Pública de Assistência Social*. A participação institucionalizada se dá por meio
107 dos conselhos e conferências e para tal a sociedade civil precisa estar previamente organizada para encaminhar os seus
108 representantes. Pontuou a necessidade de fomentar a cultura da participação. Como encaminhamento foi sugerido a

criação de um grupo para refletir e apresentar propostas para a melhoria da participação dos conselheiros, a realização de capacitações e ainda reuniões descentralizadas. Se dispuseram a integrar o grupo os(as) seguintes conselheiros(as): Maria Aparecida Moraes, Éder Furtado Ribeiro, Irene da Conceição Silva, Alessandro Souza Macedo, Valdety Souza Vilar Gilberto, Kelly Regina da Silva, Maura Gomes Martiniano, Iara Flávia Afonso Guimarães e também a trabalhadora do SUAS, Lidiane Pereira. Em seguida Maria Amélia apresentou a proposta de calendário de Reuniões Descentralizadas, que foi aprovada e iniciará a partir de Julho, ficando previstas as seguintes datas e regiões: 11.07- região SUL; 08.08 - região LESTE; 05.09 - região NORTE; 10.10 - região CENTRO e 07.11 - região OESTE, o horário definido para realização das reuniões foi 8h00.

4.6 – Devolutiva sobre reunião no TCE – adequação de pisos do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – modalidade Unidade Referenciada; Para apresentar a devolutiva, a palavra foi passada para a Assessora Edna e para a conselheira Tina, considerando que as duas compareceram à reunião no Tribunal de Contas do Estado e foram recebidas pelo Auditor Marco Castro. Tina disse que o auditor explicou que, de acordo com a Lei 13.019/2014, é permitido o aditamento dos contratos, visando realizar ajustes de valores ou metas, em até 30%. Edna salientou que para esse aditamento é necessário que se faça uma justificativa bem fundamentada e com documentos que comprovem a necessidade, tais como os ofícios que foram protocolados pelas entidades solicitando melhoria nos pisos. Foi sugerido pelo colegiado que os documentos e parecer da equipe de monitoramento também sejam anexados ao processo e ainda que seja realizada uma reunião com o Procurador Jurídico para esclarecer as justificativas apresentadas.

4.7 – Devolutiva e Proposta de encaminhamento – Comissão de Controle Social do PBF; A Conselheira Alessandra, coordenadora desta comissão, informou que a reunião ocorreu no dia 02 de maio, com intuito de discutir questões relacionadas às condicionalidades do Programa Bolsa Família. Salientou que a Educação mantém o índice maior do que a média nacional (99,92%); a Saúde (63,85%) continua com o índice em declínio, ficando abaixo da média nacional que é 77,15%; e a Assistência Social (79,04%) teve melhorias, porém mantém-se também abaixo da média nacional que é 86,08%. Alessandra destacou que o índice nacional que trata da atualização cadastral, relativo a Assistência Social, aumentou por conta da inclusão dos beneficiários idosos e pessoas com deficiência no Cadastro Único, que não era obrigatório anteriormente. Disse que, na reunião da comissão, a servidora e gestora do PBF, Loren, informou que os atendimentos no Cadastro Único melhoraram bastante devido a contratação dos entrevistadores terceirizados e também com a designação da Assistente Social Rosângela para o setor. Os encaminhamentos propostos na reunião foram: Reunião com o Secretário de Saúde; Apresentação de proposta de recomposição de equipe, haja vista que alguns cargos ainda estão em vacância; Elaboração de folder para entregar às famílias; encaminhamento dos relatórios apresentados na reunião à Loren. Em relação ao agendamento de reunião com o Secretário de Saúde, Irene informou que a reunião já foi realizada no dia 13 de maio, com o intuito de discutir o declínio dos percentuais das condicionalidades do Bolsa Família em relação a Saúde. Uma das propostas apresentadas pelo Gestor da Saúde e pelo Analista, presente na reunião, foi a implementação de “trava” no sistema, quando se tratar de beneficiários do PBF. Assim, todas as mulheres, crianças e adolescentes, dentro da faixa etária, beneficiários do Bolsa Família, que passarem por atendimento médico, terão as informações de pesagem, medição, vacinas, etc, inseridas no referido sistema, obrigatoriamente. Essa mudança deve contribuir para melhoria dos índices de acompanhamento da saúde nos próximos meses.

4.8 – Discussão sobre encaminhamentos relativos à

145 **Implantação do Serviço de República para Egressos do Serviço de Acolhimento de Adolescentes;** O Conselheiro
146 Clóves iniciou o assunto dizendo que o Serviço de Acolhimento atende adolescentes até 18 anos (no caso do IJEPAM
147 este período se estende por mais 6 meses) entretanto, muitos adolescentes quando são desligados, ainda não conseguiram
148 ingresso no mercado de trabalho, e, sem apoio, ficam em situação de desproteção. Destacou que o serviço de república é
149 extremamente necessário, porém observa-se uma morosidade da Administração Municipal que está restringindo o acesso
150 ao direito, pelo jovem. Solicitou ao conselho que acompanhe e cobre a implantação do serviço, considerando que neste
151 ano 07 adolescentes, acolhidos no IJEPAM, completarão 18 anos. Lucinéia esclareceu que anteriormente foi feito um
152 estudo e previsão orçamentária para a implantação da república por meio de execução direta, porém o Grupo de Trabalho
153 – GT, sobre Acolhimento de crianças e adolescentes, apresentou nova proposta para execução por Organização da
154 Sociedade Civil - OSC. Iara, membro do GT de Acolhimento, informou que este estudo foi realizado uma vez que
155 constatou-se que o município estaria com dificuldades para iniciar a execução direta do serviço, em razão das equipes
156 estarem incompletas. Desta forma foi apresentada uma nova proposta para a execução por meio de OSC, realizada por
157 chamamento público. Agora a Gestão realizará um estudo do impacto financeiro e a viabilidade da proposta encaminhada
158 pelo GT. O Diretor Administrativo, Ronaldo Rogério, pontuou que anteriormente havia uma previsão de R\$ 43.000,00,
159 porém o GT apresentou uma proposta com a previsão de R\$ 280.000,00 para execução por OSC. A convidada Celina
160 afirmou que a entidade Casa de Apoio Dom Pedro Luis já realiza o serviço de república e poderia executar esse serviço.
161 Foi esclarecido que, caso a gestão defina por realizar chamamento público, a Casa de Apoio poderia concorrer. Após
162 discussões ficou definido que, após análise da Equipe Gestora da Sedas, será apresentada uma proposta para deliberação
163 do conselho e o Ronaldo verificará a possibilidade de apresentar na próxima reunião do colegiado. **4.9 – Devolutiva**
164 **sobre participação de conselheiros(as) no “Evento COMAM – a Judicialização das Políticas Pública com enfoque**
165 **na Assistência Social”.** Devido ao horário avançado da Reunião a discussão do item 4.9 foi adiada para a próxima
166 reunião ordinária do conselho. Os informes foram encaminhados por e-mail aos conselheiros, para conhecimento. Nada
167 mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se às dez horas e trinta minutos (10h30). Esta reunião foi gravada e o áudio
168 ficará disponível para consulta dos conselheiros. Eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva deste CMAS,
169 lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de presença.